



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

### ATA DE REUNIÃO

4ª Reunião Ordinária do Plenário do ConCidades

**Data:** 03/05/2016

**Hora:** 10h

**Local:** Auditório do SESPORT

#### **Pauta:**

- 1) 6ª Conferência Nacional das Cidades – encaminhamentos em relação às etapas municipal e estadual.
- 2) Apresentação do Termo de Compromisso assinado com a Samarco e as suas controladoras, BHP e Vale para garantir a recuperação socioeconômica e socioambiental de toda a bacia, foz e zona costeira do Rio Doce e das populações dos municípios atingidos pelo rompimento da barreira de rejeitos da Samarco, em Mariana (MG).
- 3) Calendário de reuniões em 2016.

### **Discussões**

A Secretária Geral, Marinely Magalhães, abriu a reunião com a apresentação a proposta de calendário de reuniões do Conselho Estadual, em maio, agosto e ..., obtendo prontamente a aprovação pelos conselheiros. Ressaltou o desafio que tem sido a efetivação da Comissão Preparatória e solicitou que as indicações dos representantes dos segmentos do Conselho que ainda não foram providenciadas, fossem efetuadas com celeridade.

Esclareceu que o processo da 6.ª Conferência Nacional das Cidades foi aberto. Reuniões regionais foram realizadas em todo o Estado e que 40 municípios já convocaram conferências, número este que é superior à última Conferência Estadual, realizada no ano de 2013.. Toda a Região Metropolitana fará conferências, bem como os maiores municípios das demais regiões.

Concluiu informando que a última reunião da Comissão Preparatória Estadual promoveu um estudo do regimento para capacitar seus membros para o acompanhamento à etapa municipal e que todos os dados relacionados ao processo da 6ª Conferência das Cidades e do ConCidades estão disponíveis no site da Sedurb.

No momento seguinte, o Presidente do Conselho, João Coser, apresentou os pontos fundamentais do Termo de Transação e Ajuste de Conduta, acordo assinado pela empresa Samarco, suas acionistas Vale e BHP Billiton, Governo Federal e governos de Minas Gerais e do Espírito Santo que prevê medidas voltadas para reparação social, ambiental e econômica dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), assinado



no dia 2 de março de 2016.

Destacou, entre outros comentários, que:

- O acordo prevê que a mineradora arque com investimentos estimados em R\$ 20 bilhões e irão se prolongar por cerca de 15 anos. Caso a Samarco não faça os repasses estipulados, suas acionistas Vale e BHP devem assumir os compromissos.
- Os valores deverão ser repassados a uma fundação privada responsável por gerir 39 projetos e composta por gestores ambientais indicados pela mineradora.
- Estão previstos o ressarcimento e indenização das vítimas; reconstrução de todas as comunidades atingidas; retomada das atividades agropecuárias; recuperação de micro e pequenos negócios; manejo e contenção dos rejeitos da barragem rompida; recuperação de nascentes e das áreas de preservação permanente da Bacia do Rio Doce; conservação e recuperação da fauna e flora; melhoria nos sistemas de abastecimento de água; saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto.
- No Espírito Santo serão beneficiados os municípios que tiveram a captação de água prejudicada como Baixo Guandu e Colatina, por exemplo; comunidades indígenas e pescadores que retiravam seu sustento do Rio Doce; e povoados como Regência, em Linhares, cuja atividade econômica principal era o turismo até a chegada da lama de rejeitos.
- O Termo foi encaminhado à Justiça Federal para homologação, que tornará válido.
- O lema, por meio do Diretor Presidente, Albertone Sant'ana Pereira, as explicações complementares.

Após a apresentação, membros do Conselho recorreram em argumentos contra o fato deste Termo ser apresentado como definitivo sem que sua elaboração tivesse contado com participação social e dos municípios atingidos. Arguiram porque, após a homologação, estes espaços se abreviariam ao Comitê Consultivo, ou seja, as deliberações, neste entendimento, não contemplariam a participação social.

Foi citada a iniciativa da Arquidiocese de Mariana que convocou um seminário para debater propostas e efetivar participação social dos vitimados nos empreendimentos de reparação dos efeitos do desastre por concluir que os governos não o estavam fazendo.

O plenário reivindicou a participação dos Conselheiros Nacionais do ConCidades nos espaços decisórios previstos no Termo, conforme debatido e decidido em plenária nacional. No entanto esta decisão foi relativizada, por não haver amadurecimento, na ocasião, de como consolidar esta participação.

Lúcia Dornelas comentou que o acordo foi feito por juristas e apresentado por procuradores e que a participação social será importante nos desdobramentos e nas aplicações dos valores do fundo criado.



O Presidente João Coser explicou a premência da volta das atividades produtivas das empresas, evitando assim o risco social que a paralisação anuncia, garantindo o financiamento dos projetos necessários à recuperação da Bacia do Rio Doce e solicitou a apresentação de propostas efetivas de participação social.

O lema, por meio do Diretor Presidente, Albertone, fez uma explanação sobre a atual situação da Bacia do Rio Doce, a participação dos órgãos ambientais do Espírito Santo e do Consema na fiscalização das ações que serão implementadas e colocou o Órgão a disposição dos conselheiros para quaisquer esclarecimentos.

### Encaminhamentos

- 1) Enviar para os membros do Concidades o Termo de Transação e Ajuste de Conduta firmado entre representantes da União, das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton e dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de executar ações de reparação aos danos socioeconômicos e socioambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco, em Mariana (MG).
- 2) Registrar nos fóruns de discussão e encaminhamentos em relação ao Termo de Transação e Ajuste de Conduta que os movimentos sociais pleiteiam participação efetiva em todo o processo decisório e de acompanhamento da execução das ações.
- 3) Divulgar para todos os membros do Concidades a agenda das audiências públicas programadas para discutir o Termo firmado.
- 4) Demandar o Consema para que apresente e discuta as questões ambientais previstas no Termo.
- 5) Elaborar expediente para o Concidades (Nacional) solicitando esclarecimentos quanto ao trabalho a ser empreendido pela Comissão formada pelos conselheiros de Minas e Espírito Santo para ações de acompanhamento decorrentes rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco, em Mariana (MG).
- 6) Efetivação da Comissão Preparatória Estadual
- 7) Atualização do calendário das conferências municipais.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

### Membros Presentes

**João Carlos Coser**

Presidente

*Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação  
e Desenvolvimento Urbano - SEDURB*

**Marinely Santos Magalhães**

Membro Suplente

*Secretaria de Estado de Saneamento,  
Habitação e Desenvolvimento Urbano -  
SEDURB*

**Maria Ruth Paste**

Membro Titular

*Secretaria de Estado dos Transportes e Obras  
Públicas - SETOP*

**Maria José Senna M. de Almeida**

Membro Suplente

*Secretaria de Estado dos Transportes e Obras  
Públicas - SETOP*

**Cynthia Lopes Pessoa de Miranda**

Membro Titular

*Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN*

**Pablo Silva Lira**

Membro Suplente

*Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN*

**Caroline Jabour de França**

Membro Suplente

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e  
Habitação do Estado do Espírito Santo - IDURB*

**Lúcia Helena Dornelas**

Membro Titular

*Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência  
e Desenvolvimento Social - SETADES*



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

---

***Dauri Correia da Silva***

Membro Titular

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares - FAMOPES*

***Jeferson Won Rondon de Souza***

Membro Suplente

*Caixa Econômica Federal - CEF*

***Edilza Maria da Silva Felipini***

Membro titular

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

***Sebastião Angelo de Moura***

Membro Suplente

*Federação das Associações dos Moradores e  
Movimentos Populares - FAMOPES*

***Lindomar Alves Scalfoni***

Membro Suplente

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

***Ademir Antônio Freitas da Silva***

Membro Suplente

*União Nacional por Moradia Popular - UNMP*

***Terezinha Aprígio Barbosa***

Membro titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –  
MNLM*

***Paulo de Assis de Souza***

Membro titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia –  
MNLM*



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

---

***Nildo Antônio Leite de Mendonça***

Membro Titular

*Central Única dos Trabalhadores – CUT*

***Aguiberto Oliveira de Lima***

Membro Suplente

*Central Única dos Trabalhadores – CUT*

***Juscelino Brzesky dos Santos***

Membro Titular

*União Geral dos Trabalhadores –UGT*

***Maria da Penha de Souza***

Membro Suplente

*União Geral dos Trabalhadores –UGT*

***Manoel Wanderley de Oliveira***

Membro Titular

*Federação das Associações de Microempresas e  
Empresas de Pequeno Porte do estado do  
Espírito Santo - FEMICRO*

***Leonardo Magrini***

Membro Suplente

*Federação das Indústrias do Estado do  
Espírito Santo - FINDES*